

# PERFIS DE INFÂNCIAS NO JORNAL O PROGRESSO

Leide Silva OLIVEIRA<sup>49</sup>

**Resumo:** O presente artigo traz uma revisão da literatura sobre investigação da infância no âmbito dos estudos das ciências sociais e analisa como foi abordada a infância no jornal de maior circulação de Imperatriz O Progresso, de julho a dezembro de 2008. O artigo aborda como foram citadas as crianças e os adolescentes. Nas matérias selecionadas foram observados os valores-notícias, o gênero e as fontes. Verifica-se que as crianças e os adolescentes foram mais citados em três editorias: *polícia*, *regional* e *cidade*, nelas identificaram-se em que situações as crianças aparecem e em que ocasiões são utilizadas como fonte.

**Palavras-Chave:** Fontes de informação; Infância; Jornalismo

**Abstract:** This article presents a review of research literature on childhood studies within the social sciences and examines how childhood has been addressed in the periodical of bigger circulation of Imperatriz *O Progresso*, of July the December of 2008. The article addresses were listed as children and adolescents. Were observed in subjects selected news values, gender and sources. It appears that children and adolescents were most cited in three sections: police, regional and city in them were identified situations in which children appears and where occasions are used as source.

**Key-Words:** Sources of information; childhood; Journalism

## 1. Introdução

Este artigo é uma síntese dos resultados da pesquisa desenvolvida para a elaboração do trabalho de conclusão de curso defendido em julho de 2011 no âmbito do curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da UFMA, campus de Imperatriz

---

<sup>49</sup> Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFMA. leide\_s@hotmail.com.

(Infâncias de papel: as representações da infância no jornal O Progresso). A pesquisa buscou verificar como foi abordada a infância e a adolescência no jornal O Progresso de julho a dezembro de 2008<sup>50</sup>. Escolheu-se analisar os textos publicados em 2008, pois este encerra 18 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O periódico é o principal jornal de Imperatriz e região.

A conjuntura política e social do Brasil exige que a cobertura da mídia seja cada vez mais abrangente, plural e qualificada<sup>51</sup>. A Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) criada em 1992 acompanha de perto o trabalho dos meios de comunicação nas regiões do país fazendo o registro das contribuições da imprensa, tendo como tema questões inerentes ao desenvolvimento humano, a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. A Rede Andi Brasil, uma articulação entre dez organizações de diferentes estados desenvolve iniciativas com foco na comunicação e na garantia dos direitos de meninos e meninas. No estado Maranhão é a Agência de Notícias da Infância Matraca que dá suporte à produção de notícias e reportagens que abordam o tema infância.

Atualmente, são analisados diariamente pela Matraca os jornais *O Estado do Maranhão*, *O Imparcial* e o *Jornal Pequeno*. Não foram encontrados registros feitos pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância sobre a cobertura jornalística de *O Progresso*. Assim, entende-se que cabe investigar e analisar as matérias de *O Progresso* e fazer leituras sobre o que esse periódico veiculou sobre o tema infância e adolescência e que critérios foram usados como guia no momento de cobrir esse tema.

Da amostragem referente ao período de julho a dezembro de 2008, 18 matérias foram selecionadas e analisadas. Constatou-se que o assunto infância e adolescência permeou diversas editorias e seções do jornal, mas especificamente as matérias foram concentradas nas editorias de *polícia*, *regional* e *cidade*.

Além da pesquisa bibliográfica utilizou-se o método de análise de conteúdo (HERSCOVITZ, 2008) e análise documental. Também foram utilizadas as próprias condutas éticas recomendadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para nortear a análise dos textos que foram selecionados do jornal.

---

<sup>50</sup> Ver sobre a história do jornal O Progresso em: <http://www.oprogreso-ma.com.br/nossahistoria.html>.

<sup>51</sup> De acordo com Carvalho (2002), “Depois de 1985, os direitos civis foram recuperados. Entre eles, a liberdade de expressão, de imprensa e de organização da sociedade”.

## 2. Os estudos sobre a infância

A investigação sobre a infância no âmbito da comunicação social ainda é pouco consolidada. Ao procurar pressupostos teóricos na área, percebeu-se que este campo pouco considerou as vozes das crianças em suas pesquisas, ainda que nos últimos anos tenha havido um aumento de publicações.

Por isso, este artigo se apóia teoricamente em estudos da sociologia e da antropologia da infância, e pretende evidenciar que as pesquisas sobre esse tema devem buscar um diálogo com as demais áreas das ciências sociais.

Por muito tempo as crianças foram marginalizadas, isto é, não foram consideradas relevantes para serem pesquisadas e analisadas. Raramente eram aceitas como categoria central nas investigações. O próprio termo infante significa etimologicamente “aquele que não fala”, sem linguagem. Esta definição negou por muito tempo a capacidade de agência das crianças e sua participação no universo mais amplo das relações sociais.

Décadas foram necessárias para eclodir o movimento acadêmico que acabou por delinear a construção de um referencial teórico e metodológico para nortear as investigações sobre a infância e as crianças.

Foi partir da década de 1960, principalmente, que os antropólogos passaram a estudar a criança de forma inovadora. Clarice Cohn (2005) salienta que foi reconhecida a capacidade de agência, ao mesmo tempo em que conceitos como cultura e sociedade foram revistos. Contudo, as dificuldades continuaram (e continuam) a residir nos estudos da infância e sobre o que incide sobre as crianças. Afinal, ainda são os adultos que falam sobre elas.

Entretanto, o avanço desses estudos demonstra como é importante a participação da criança na constituição de significados tomando-as como atores sociais. Cohn (2005) diz que as crianças não são seres incompletos, elas são sujeitos plenos, têm um papel ativo na definição de sua própria condição.

Com os avanços nos estudos da infância houve uma mudança significativa: já não são mais só os adultos que podem falar sobre crianças. A elas foi dado o direito de participar como informantes nas pesquisas são pesquisadoras elas mesmas (CARVALHO & NUNES, 2007).

Nos dias atuais, existem vários projetos de ação social, assim como de cineastas,

fotógrafos, cientistas, todos preocupados em expressar a perspectiva das crianças e o que elas pensam sobre a realidade<sup>52</sup> dispostos a romper com a postura tradicional, isto é, adultocêntrica. Mas, essa atitude adultocêntrica<sup>53</sup>, em processo de desconstrução, é bem antiga.

As autoras Oliveira e Francischini (2008) destacam que contextualizar as condições sociais e culturais é a maneira mais adequada de falar sobre a infância, pois permite falar de infância no plural, uma vez que os diferentes contextos propiciam outras formas de vivenciar a infância, entre elas as autoras destacam a vivência do lúdico.

Oliveira e Francischini (2008) destacam que o lúdico traz importantes contribuições nos processos de constituição do ser humano, esse reconhecimento se faz presente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que considera o brincar um direito da criança. Tanto nas infâncias vivenciadas nos centros urbanos, como a infância camponesa ou indígena são fortemente marcadas pela prática das crianças com a ludicidade. Não que este seja o único jeito da infância ser experienciada, mas é uma característica que se repete em muitos casos.

Todavia, observa-se que nos noticiários a infância é marcada não só pela experiência das crianças com a ludicidade. Muitas vezes estão associadas às práticas do trabalho infantil, abuso e exploração sexual, pedofilia e pornografia infantil, por vezes com lugar nas primeiras páginas.

### **3. A reforma do estado e os direitos da infância**

Na contemporaneidade, a ideia central de infância está assentada nas cartas de direito tanto nacionais como internacionais. A representação social da infância se enquadra em princípios que sugerem o exercício de uma cidadania plena que lhe garanta bem-estar perante a sociedade

No Brasil, com a promulgação da Constituição de 1988 foram dados os primeiros passos para definir os direitos da criança. Conforme explicitado pelo artigo 227:

---

<sup>52</sup> Para referir um exemplo citado por Carvalho e Nunes (2007), no artigo “Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância”, crianças de 8 a 15 anos foram colocadas à prova no Kid nation, um polêmico reality show americano.

<sup>53</sup> O mesmo que “concepção adultocêntrica”, diz que são os adultos que sabem o que é melhor para as crianças. Ver a respeito em Kramer & Leite (Orgs., 1996).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CONSTITUIÇÃO, 1988).

Outro quesito importante foi a adoção, em 1989, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança que consagrou a doutrina de proteção integral e de prioridade aos direitos da infância. Também a aprovação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com seus 267 artigos, assim como os suportes técnico e financeiro do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Todo esse aparato foi somado aos programas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) a partir de 1992.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe maior reforço ao que a Constituição já assegurava. No artigo 2º diz: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Antes do ECA, o que vigorava era o Código de Menores, sendo que este último voltava-se apenas para os abandonados, em situação irregular, "expostos", "carentes" ou autores de ato infracional. Determinava, para esse público, ações de assistência, proteção e vigilância, entendendo-os como objetos tutelados pela lei e pela justiça (ANDI, 2009, p. 14). Com o Estatuto e sua doutrina de proteção integral, todas as crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e passam a ser considerados cidadãos em fase peculiar de desenvolvimento.

Outra importante mudança está no que se refere às idades. Com o Código de Menores não havia diferenciação, era aplicado a qualquer um, entre 0 e 18 anos. Já o Estatuto divide em crianças (0 a 12 anos incompletos) e adolescentes (12 a 18 anos).

O estatuto, além de reforçar a premissa do artigo 227 da Constituição Federal, enfatiza as necessidades de interlocução e articulação entre os diferentes atores sociais e institui o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, as Delegacias

Especializadas, o Ministério Público, as Varas e Promotorias da Infância e da Juventude são exemplos de instâncias que compõem o SGD (REDE ANDI BRASIL, 2009).

#### **4. Jornalismo como construção social da realidade**

A Constituição Federal e o ECA garantem que toda criança tem direito a educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização e proteção no trabalho. Assim é dever da família, do estado, da sociedade em geral garantir esses direitos. A imprensa também é um desses atores sociais responsáveis pela construção de um novo olhar da sociedade em relação à criança e ao adolescente e também ao próprio ECA.

Neste sentido, este artigo também convida a pensar sobre o que os teóricos afirmam sobre a realidade social, também sobre a importância do jornalismo e a credibilidade a ele conferida e ao seu principal produto, a notícia.

Para Peter L. Berger e Thomas Luckman (2007), a realidade se origina no pensamento e nas ações dos homens, a realidade é interpretada e dotada de sentido na medida em que torna o mundo coerente. Por isso os autores afirmam que o mundo consiste em múltiplas realidades e que não há como existir na vida cotidiana sem estar sempre em interação e comunicação com os outros.

Segundo os autores, a construção social da realidade se dá por meio de sinais - a linguagem humana – que constituem um universo simbólico que transcende o “aqui” e o “agora”. O fato chega ao conhecimento social apenas como relato. O real não é o que ocorre, mas sim aquilo que é narrado. Os meios de comunicação de massa cumprem papel fundamental quando consideram as narrativas dos emissores.

Para Berger e Luckman (2007), “a vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes” (Berger e Luckman, 2007 p. 57) . Compreender a linguagem é compreender a realidade.

De acordo com Traquina (2005), ao longo dos séculos as pessoas usam o jornalismo para se manterem informadas sobre os últimos acontecimentos. Deve-se a isso o fato de ser o jornalismo definido como a realidade muitas vezes contada em pedaços como uma telenovela.

A convicção de que o papel central do jornalismo é o de informar o público traz enormes responsabilidades sociais. Embora muitas vezes o jornalismo seja reduzido a

formatos e ao domínio técnico de uma linguagem, Traquina (2005, p. 22) diz que “há muito mais no jornalismo, para além do domínio das técnicas jornalísticas. Os jornalistas fazem parte de uma profissão, talvez umas das mais difíceis” justamente pelo fato de ter maiores responsabilidades sociais.

Os teóricos Tuchman (1978), Hall et. al. (apud TRAQUINA, 2005) consideram que são as notícias que ajudam a construir a realidade (apud TRAQUINA, 2005). Para Gaye Tuchman, a notícia é um documento público que possui validade própria. Hall fazendo referência à produção da notícia e a importância da dimensão cultural relacionada a ela, escreve:

As coisas são noticiáveis porque elas representam a volubilidade, a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo. Mas não se deve permitir que tais acontecimentos permaneçam no limbo do ‘aleatório’- devem ser trazidos aos horizontes do ‘significativo’. [...] A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que fazem parte referência inteligível a leitores e espectadores (apud TRAQUINA, 2005, p. 171).

É como se a notícia nada ocultasse. A ela foi conferida credibilidade e este crédito alude à sua estrutura e linguagem que mantêm relativa constância. Essas características da notícia poderiam contribuir e facilitar os estudiosos no momento em que buscam encontrar uma definição para este gênero, mesmo assim ainda é difícil responder: *o que é notícia?* Talvez seja oportuno fazer mais perguntas, tais como: *por que a infância virou notícia? O que motivou a crescente publicação pelos jornais das questões ligadas à infância e adolescência?* O debate que tenta definir o que é notícia nunca se encerrou, também não é pretensão da autora tentar defini-lo, contudo, sobre as questões da infância acredita-se que os espaços em branco começam a ser delineados.

Lage (1981) chama atenção para a distinção entre os gêneros notícia e reportagem, geralmente os dois são confundidos. Segundo este autor, reportagem trata de assuntos, não necessariamente fatos novos como faz a notícia. A reportagem é planejada, obedece a uma linha editorial e exige mais recursos, a notícia não.

Segundo Lage (1981), existe na prática contemporânea uma tendência de transformar em reportagem fatos programados, e ele cita um exemplo: o lançamento de um novo cargueiro; fatos inusitados, que pode ser um desabamento. Do ponto de vista da produção o autor considera três tipos: as do tipo *investigação*, em que se parte de um fato

para revelar outros; do tipo *interpretação*, em que o conjunto de fatos é observado da perspectiva metodológica da ciência. Frequentemente as interpretações são sociológicas e econômicas; e as do *novo jornalismo*, geralmente associada aos nomes de Truman Capote e Normal Mailer.

A reportagem e a notícia levam em consideração a escolha de determinadas opções discursivas, com o abandono de outras. A notícia, por exemplo, é vista como um artefato que traduz lutas simbólicas que se dão no âmbito social. Mas, até que um acontecimento ou texto noticioso seja publicado, ele se subordina a diferentes critérios, que faz determinados fatos serem valorizados em detrimento de outros, os conhecidos critérios de noticiabilidade.

Se um evento não se enquadrar às rotinas de produção ele não conquista o status de notícia. Simplesmente se perde no emaranhado de outros eventos que também não farão parte dos conhecimentos que serão adquiridos pelo público.

Os valores-notícia permeiam todo o processo de produção das notícias, ou seja, no processo de seleção dos fatos e no processo de elaboração da notícia (TRAQUINA, 2008). São consideradas situações como cultura profissional da categoria, qualidade e disponibilidade do material que será usado, relação com as fontes e com o público, além de conjunturas políticas, sociais e econômicas.

Mauro Wolf (2008) chama de noticiabilidade a capacidade que os fatos têm de virar notícia. O grau de noticiabilidade é medido, segundo Wolf (2008), pelo que ele denomina valores-notícia (*news values*), ou seja “o conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias” (WOLF, 2008, p. 202).

Para Wolf (2008), existe distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção, mas na prática eles operam de modo complementar. Com base nas ideias de Wolf, Traquina (2008) propõe sistematização dos valores-notícia e os divide em dois grupos: os de seleção e os de construção. Os de seleção são subdivididos em: a) critérios substantivos: articulam-se com a importância e o interesse da notícia; b) critérios contextuais: dizem respeito ao contexto de produção da notícia.

Já os de construção “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia” (TRAQUINA, 2005b, p. 78).



Traquina (2008) elenca os critérios substantivos dos valores-notícia de seleção da seguinte forma: (1) a morte; (2) notoriedade do ator principal; (3) proximidade; (4) relevância; (5) novidade; (6) tempo: atualidade; news peg; e permanência; (7) notabilidade; (8) inesperado; (9) conflito ou controvérsia; (10) infração; (11) escândalo.

## 5. Representações da infância nas editorias polícia, regional e cidade

As editorias compõem jornal *O Progresso* são: Política, Regional, Cidade, Polícia, Tocantins, Geral e Esportes, e nos fins de semana, um caderno extra com Miscelânea, Social, Especial. Atualmente, o periódico conta com uma margem que vai de 5.000 a 5.350<sup>54</sup> mil exemplares vendidos durante a semana e de 6.450 mil aos domingos.

De acordo com Sérgio H. O. Godinho, diretor superintendente do jornal *O Progresso*, devido ao acesso do jornal pela Internet, a tiragem diminuiu cerca de 500 exemplares. Esta situação despertou a direção do jornal para investir em assinaturas via e-mail. Segundo o superintendente, as assinaturas *online* passaram a ser comercializadas em 2010.

Ao longo dos seis meses – julho a dezembro de 2008 - 274 ocorrências relativas a crianças e adolescentes foram clipadas e analisadas. As três editorias que mais se destacaram foram: polícia, regional e cidade (*ver figura 1*). O resultado mostra que, juntas, a três editorias representam 67,5% do total das matérias clipadas nas edições do jornal *O Progresso* compreendidas entre 1 de julho a 31 de dezembro, sendo que a editoria de *polícia* ganhou destaque com os seus 24%, seguida da *regional*, com 22% e em terceiro ficou a de *cidade* com 21%, as demais editorias somaram 33%.

Após várias consultas dos dados recolhidos, foram selecionadas 18 matérias distribuídas nas editorias em que mais se apresentaram textos referentes à infância e adolescência.

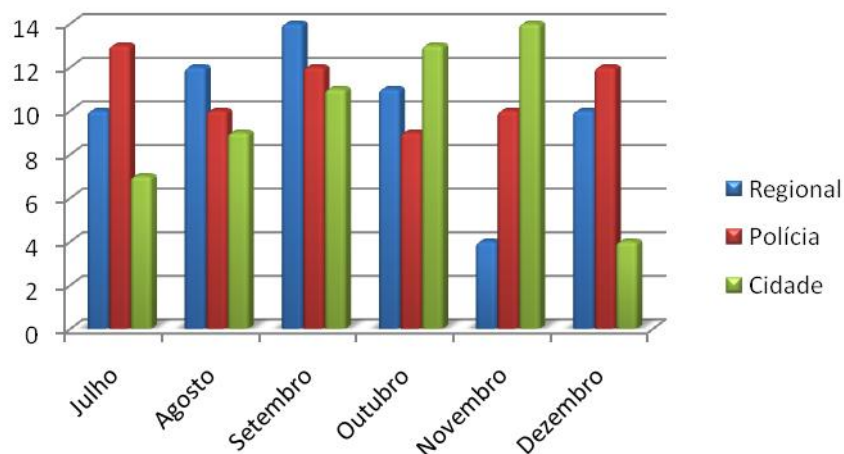
Optou-se por separar e analisar entre as 274 ocorrências apenas 18 matérias agrupadas por editorias, que no caso correspondem à: polícia, regional e cidade. Cada editoria foi representada com seis matérias. Procedeu-se à classificação quanto ao gênero jornalístico das matérias. Foram identificados apenas dois: notícia e reportagem. Entendendo notícia como relato importante de interesse humano e reportagem como a

---

<sup>54</sup> GODINHO, Sérgio H. O. Entrevistado por OLIVEIRA, Leide S. Imperatriz, Brasil. Em 15 de junho de 2011.

complementação de uma notícia, suas relações com outros fatos antecedentes, conseqüentes ou correlatos (LAGE, 1981).

**Distribuição das três editorias mais frequentes**



*FIGURA 1 – Distribuição das três editorias mais frequentes relativas aos meses de julho a dezembro de 2008 do jornal O Progresso.*

Depois fez-se a análise das fontes que apareceram nos textos. Por último, analisou-se quando a criança fala nas matérias e como ela é definida, por exemplo: criança aluno, nas ocorrências que cobriram conteúdos de educação; criança em risco, nas ocorrências que cobriram conteúdos relacionados a situações de insegurança e “menor”, para se referir aos adolescentes acusados de cometer algum tipo de crime. Vale observar que a denominação “menor” foi bastante frequente na editoria de polícia.

Em síntese, nas 18 matérias selecionadas foram analisados: a) os critérios de substantivos dos valores-notícia de seleção conforme a classificação encontrada em Traquina (2008); b) o gênero a que pertence; c) as fontes que aparecem; e d) qual e a definição da criança, isto, é como ela foi representada.

A maioria das questões levantadas se constituiu em meros registros sobre atos violentos sofridos ou praticados por crianças e/ou adolescentes. Foram identificadas pautas sobre homicídios, crimes, acidentes domésticos, violência no lar entre outros.

As crianças de 0 a 6 anos aparecem, geralmente, como vítimas de maus tratos, acidentes domésticos. Já os adolescentes são mais citados como agentes de violência ou como vítimas de abuso e exploração sexual.

Percebeu-se que há uma centralização da cobertura na fonte policial. A reprodução das falas detalha o fato ocorrido e, em algumas situações, repete jargões comuns à linguagem presente nos boletins de ocorrência ou termos pejorativos, como, por exemplo, a palavra “menor”, “meliante”.

As matérias da editoria *regional* mostraram o papel do estado da sociedade e da família como fundamental para a vida das crianças e que o cuidado com a criança e com o adolescente é uma responsabilidade compartilhada entre a família, a comunidade e o poder público.

Por isso, a imagem das crianças e dos adolescentes está sempre associada a eventos presididos por alguma autoridade política, a órgãos ou entidades que trabalham em defesa de meninos e meninas ou prestam algum atendimento.

Na editoria *cidade*, pode-se fazer um passeio pela rotina e pelos fatos mais relevantes de Imperatriz. Percebeu-se também que ela é voltada para as pessoas que se interessam pela agenda cultural do município. Além de retratar os problemas da comunidade e as ações do poder público. Nas matérias selecionadas evidenciam-se as autoridades, entre elas prefeito, promotores de justiça, advogados, além de entidades envolvidas na área da infância e da adolescência.

São mostradas ações que conforme o conteúdo da ocorrência visam proporcionar a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes, programas de capacitação, projetos do governo federal em parceria com a prefeitura de Imperatriz, destaque de jovens em campeonatos e inaugurações de escolas. Aliás, as matérias esboçam as tentativas de participação dos poderes Executivo ou Judiciário e a preocupação destes com a educação e a capacitação de jovens e adolescentes, mas em geral, baseiam-se na simples descrição dos fatos.

## **6. Considerações finais**

A análise dos dados obtidos revelou os principais valores-notícia identificados nas matérias. Na editoria *polícia* pode-se constatar que os principais foram: morte e infração. O

raciocínio corrente é de que o jornalista se interessa principalmente por acontecimentos em que há morte. Esta é a razão por que os assuntos que envolvem este tema interessam tanto aos jornalistas e à população. E a infração é um valor-notícia da violência, da violação e transgressão de regras. O crime, por exemplo, é visto como um exemplo de transgressão de fronteiras e se a violência estiver associada a ele, maior valor-notícia adquire (TRAQUINA, 2008).

Na *regional* os principais foram relevância, infração e notabilidade. Nesta editoria, o público foi informado sobre os acontecimentos que se tornaram importantes porque trouxeram impacto sobre a vida das pessoas. As ocorrências da editoria em questão deram ênfase sobre os acontecimentos, mas, as problemáticas foram deixadas de lado, ou seja, não apontaram solução para os problemas.

Já na editoria *cidade* os destaques foram para os valores-notícias relevância e notabilidade. A editoria mostrou iniciativas e projetos direcionados e desenvolvidos para crianças e adolescentes bem como requisitos formais como entrega de escolas e lançamento de programas de capacitação. Alguns eventos foram notáveis pela correspondência aferida em números: “6 mil procedimentos do CAPS Infanto Juvenil”, “250 crianças que recebem kits” e pela envolvimento de autoridades.

O gráfico abaixo mostra a recorrência dos valores-notícia nas três editorias:

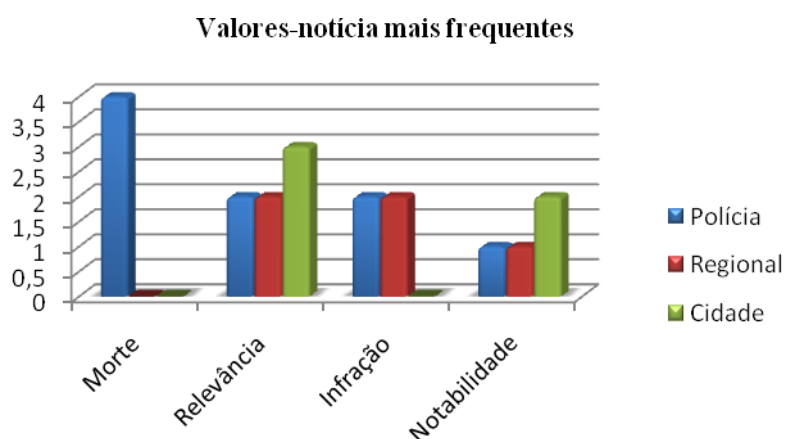


FIGURA 2 – Valores-notícias presentes nas matérias selecionadas.

Quanto às fontes, observou-se a falta de diversidade presente nas matérias sobre crianças e adolescentes. Percebeu-se uma concentração, ou melhor, uma recorrência às chamadas fontes oficiais. Talvez porque estas fontes garantem produtividade ao trabalho

jornalístico, seja pela facilidade de acesso às informações de forma rápida e segura, por isso tendem a ser acionadas com maior frequência (WOLF, 2008 e LAGE, 2001), questões políticas e econômicas também não podem ser descartadas.

A importância de saber os atores sociais que a imprensa utiliza como fonte é um indicador da qualidade da cobertura jornalística. As fontes mais procuradas, a polícia e o Instituto Médico Legal (IML) se destacaram principalmente em textos que abordam assuntos relacionados à morte, violência, ao abuso e exploração sexual. Outras fontes consultadas foram especialistas como secretários de educação e coordenadores de centros de referência.

Percebeu-se a relação entre determinadas fontes e as problemáticas apresentadas nas ocorrências, destaca-se fonte única ou no máximo duas, quando o assunto é violência ou “delinquência”, e um número maior quando é sobre proteção de crianças que sofreram maus-tratos, abandono ou outra forma de negligência. É como se as fontes estivessem distribuídas em dois grupos, ou duas partes. De um lado, tem-se o menor deles, pode ser representado pela polícia ou o IML. Já o outro lado é composto pelo restante das fontes. Dependendo da temática, um dos dois lados é acionado.

Nas matérias em que se evidenciam ações dos governos tanto em nível estadual quanto municipal ou de integrantes do Sistema de Garantias de Direitos (SGD): Ministério Público, Judiciário, Conselhos Tutelares entre outros, estão presente mais vozes.

Quando o assunto é violência, a polícia e o Instituto Médico Legal (IML) aparecem como as fontes mais ouvidas. Na abordagem, transparece uma ausência de conhecimento adequado do(s) jornalista(s) acerca do enquadramento da matéria. Emerge uma falta de clareza e cuidado na linguagem, um exemplo é o uso da expressão “menor”, que caiu em desuso desde que foi extinto o antigo “Código de Menores”. Também é evidente a confusão de alguns conceitos, por exemplo, abuso sexual e pedofilia.

Percebeu-se que tanto nas matérias com fontes únicas como nas que possuem fontes diversas, existe dificuldade em produzir outros enquadramentos. Denotando falta de equilíbrio entre o que está sendo revelado, se é denúncia, visando busca de solução, ou simples exposição de uma matéria factual. Os cuidados com a contextualização parecem não constituir uma prioridade. Os casos de denúncia ou suspeita de maus-tratos muitas vezes não recebem confirmação posterior ou diversidade de abordagens.

Pouco frequente foi a participação das crianças e dos adolescentes. A abordagem do jornal restringiu-se a apresentar as crianças de forma indireta. As participação das crianças e dos adolescentes só teve repercussão em pautas que abordaram temas ligados à educação, esporte e cultura. Nesses eles não foram apenas referidos, foram chamados a expressar a sua experiência de mundo. O que até certo ponto reflete os passos de uma evolução no enfoque das matérias entendendo-as não só como notícias e/ou reportagens sobre crianças, mas, com crianças. Neste processo observa-se resquícios do que se pode chamar de ponto de vista das próprias crianças.

Percebeu-se que na editoria *polícia* não foi dado lugar à participação de crianças e adolescentes. Estes foram apresentados como vítimas, crianças em risco de acidentes, sequestros, raptos. A infância ganhou visibilidade por meio da violência praticada contra meninos e meninas. Observou-se que os nomes de crianças e jovens não são citados com frequência, alguns tiveram seus nomes completos citados quando os atos violentos os levaram à morte.

Na *regional* os mais citados foram os adolescentes entre 12 e 18 anos, quase sempre associados a programas educacionais ou de capacitação. Nesta editoria os adolescentes tiveram chance de falar, mas nunca reivindicando algo, nunca insatisfeitos. Já na editoria *cidade*, a infância e a adolescência só foram citadas quando envolvia aspectos ligados a ações complementares à escola e também em uma matéria sobre a comemoração de aniversário do ECA. Apareceram ora como alunos que praticam alguma ação, ora como aqueles que sofrem uma ação.

Diante das poucas vezes em que foi concedida às crianças e aos adolescentes a possibilidade de serem fontes numa matéria, não foi possível captar qual o ponto de vista deles. Mas, pode-se identificar que eles não são chamados a falar sobre os mais variados temas. De fato a participação deles adiciona impacto à vida social e aos poucos vai substituindo a velha ideia de que crianças não podem ser consideradas “informantes”.

Assim, Foi possível identificar que a apresentação das crianças processa-se de cima para baixo (do adulto para a criança pequena). A participação das crianças ainda é reduzida, muitas vezes para proteger a identidade delas.

Em síntese as ocorrências apresentaram pelo menos um dos aspectos listados abaixo ou a mescla dos três: 1) Mais destaque em quem faz a ação do que nas crianças que a

recebem. As crianças e os adolescentes são a menor parte do texto, o destaque pertence aos governadores, prefeitos, secretários de educação ou para os que estiverem inaugurando alguma obra no âmbito da educação ou projetos direcionados à infância e a adolescência; 2) Excesso de textos com fontes do governo impossibilitando críticas para cobrar ação e oferecer solução aos problemas que envolvem a infância e a adolescência. 3) Ausência de reportagens que ouvem as crianças. Mesmo passados 21 anos da mudança de *status* de crianças e adolescentes da condição de objetos de intervenção para o status de sujeitos de direito, é comum ver reduzido o enfoque que se dá a fim de ampliar o debate com a sociedade.

As análises apresentadas apelam a mais estudos de maneira que sejam alargados os debates sobre formas de construção da infância pelo discurso jornalístico e sobre o que é notícia quando os principais envolvidos são crianças e adolescentes.

## Referências

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância. **Cidadania Antes dos 7 Anos**: a educação infantil e os meios de comunicação. São Paulo: Cortez, 2003.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL, Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.

BRASIL. LEI N º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:<[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10079.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10079.htm)>.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Maria Rosário de & NUNES, Ângela. **Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância**. Artigo apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu: 2007.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: 2008.

DEL PRIORE, M. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas**. Revista do Centro de Educação, V.26, n. 2. São Paulo, 2001.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de Conteúdo. In: **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. LAGO, Cláudia. BENETTI, Marcia (orgs.). 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

KRAMER, Sônia. & LEITE, Maria Isabel. (Orgs.) **Infância: fios e desafios da pesquisa** 8ª edição. Série Prática Pedagógica. Campinas: Papirus, 2005.

MATRACA, Agência de Notícias da Infância. **Nasci e cresci com o ECA** / Org. Lisandra Leite. São Luís : [s.n.], 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Organizadora). DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (Orgs.). São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Indira Caldas Cunha de; FRANCISCHINI, Rosângela. Investigação com crianças: a interface trabalho infantil e lúdico. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira (Org.). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: 2008.

O PROGRESSO. Disponível em: <[www.oprogreso-ma.com.br/nossahistoria.html](http://www.oprogreso-ma.com.br/nossahistoria.html)>.

PONTE, Cristina. **Crianças em risco**. O espaço latino-americano na imprensa portuguesa. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

REDI ANDI BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas**. Belo Horizonte: Rede Andi Brasil, 2009.

ROSA, Sanny S. da. **Brincar, conhecer, ensinar**. São Paulo: Cortez, 1998.

STUMPF, Ida Regina C.. Pesquisa bibliográfica. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (Orgs.). São Paulo: Atlas, 2006.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.



TRAQUINA, Nelson. **Teorias de Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2005.

\_\_\_\_\_. Teorias de jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2008.